

A produção do espaço goiano e os conteúdos dos patrimônios rurais

La producción del espacio goiano y los contenidos de los patrimonios rurales

The goiano space production and the contents of rurals heritage

Ana Carolina de Oliveira Marques

Mestre em Geografia pelo IESA / UFG
Profa. do Curso de Geografia – UFT/Campus Porto Nacional
carol.geografia@hotmail.com

Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva

Doutora em Geografia Humana pela USP
Profa. do CEPAE-IESA / UFG
rusvenia@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar as relações espaciais e por isso, de poder, que influenciaram a formação das vilas e cidades goianas no Brasil. Parte-se do pressuposto de que as sociedades e suas marcas são contínuas, ocorrendo ora a ressignificação de objetos ora a persistência de rugosidades no espaço. Logo, entender os agentes, estratégias e fatores que contribuíram para a atual configuração do território goiano é essencial na identificação e análise dos fenômenos que regem a presente realidade. Para isso, fez-se um resgate bibliográfico de autores que se dedicaram à análise da modernização dos territórios interioranos do Brasil. Por fim, expõem-se as contradições desse fenômeno, que por mais hegemônico e globalizado que se apresente, não provocou o fim das especificidades e dos modos de vida alternativos.

Palavras-chave: patrimônios rurais, Goiás, modo de vida.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo abordar las relaciones espaciales y por lo tanto de poder, que influyeron en la formación de pueblos y ciudades goianas en Brasil. Empieza por la suposición de que las empresas y sus marcas son continuas, a veces se producen la significación de los objetos a veces la persistencia de las asperezas en el espacio. Por lo tanto, la comprensión de los agentes, las estrategias y los factores que contribuyeron a la configuración actual de Goiás es esencial para identificar y analizar los factores que

gobiernan la realidad. Para ello, llevamos a cabo un rescate bibliográfico de autores que se dedican al análisis de la modernización de los territorios provinciales de Brasil. Por último, exponer las contradicciones de este fenómeno, que aún globalizado y hegemónico que presenta a sí mismo, no causó el final de las especificidades y los medios de vida alternativos.

Palabras claves: patrimonios rurales, Goiás, medios de vida.

Abstract

This article aims to discuss the spatial relationships and therefore power relations that influenced the formation of towns and cities in Goiás, Brazil. The authors understand that the society and their brands are continuous, occurring either signification of objects in space. Therefore, understanding the agents, strategies and factors that contributed to the current configuration of Goiás is essential in the identification and analysis of the phenomena in this territory. For this, it was made a bibliographical research based on authors who have dedicated their work to the analysis of the modernization of Brazil's hinterland territories. Finally, the work expose the contradictions of this hegemonic and globalizing phenomenon, that didn't cause the end of the specificities and alternative livelihoods.

Keywords: rurals heritage, Goiás, way of life.

Introdução

Esta pesquisa vincula-se às discussões sobre a compreensão da origem das vilas rurais de Goiás e seus conteúdos a partir do conceito de Patrimônio, que define o estabelecimento por doação de um marco religioso ou comercial a partir do qual se originaram muitas aglomerações, algumas das quais se tornaram, aos poucos, municípios. O enfoque é, porém, naqueles núcleos rurais filho da agricultura, ou seja, resultantes da modernização dos territórios, que em Goiás, trajou-se basicamente da produção agropecuária.

A tomada das terras do interior fundamentou esse movimento. Em meados do século XX, iniciou-se a corrida pelo predomínio (na ocupação do espaço goiano) de estruturas agrícolas pautadas em pacote tecnológicos que proporcionavam a produção monocultora em larga escala e a redução de mão de obra empregada na produção.

Esse modelo produtivo provém de um projeto maior: a hegemonia do modo civilizatório capitalista. No campo, essa nova ordem mundial impôs a racionalização da produção e também, das interações entre os sujeitos.

O contrato oral foi aos poucos substituído pelo escrito e a presença de agregados nas fazendas, prática comum entre as propriedades rurais tradicionais, perde o sentido. Desde então, ganha-se vida um ciclo que reduz a viabilidade das pequenas propriedades e das moradias “de favor”, resultando na migração campo-cidade.

Como consequência da alteração do sistema produtivo das fazendas goianas, surgem os patrimônios leigos. Trata-se do estabelecimento fundado por fazendeiros, inicialmente sem qualquer vínculo com a religiosidade, porém, marcado pela presença da fazenda em seu circuito. Ele funda como um instrumento fundiário que ora rompe ora complementa o mundo rural.

Origem das vilas do interior de Goiás

A ocupação do espaço goiano, de maneira geral, apresenta dois momentos: antes e depois do século XX.

No primeiro momento, Goiás enquadrava-se no grupo dos estados interioranos que assistiam, marginalizados, à concentração de população e riqueza nas zonas litorâneas do Brasil. Decorridos os ciclos do açúcar e do café, essas regiões pioneiras na colonização brasileira continuaram por determinar os rumos das pessoas e dos capitais despendidos na hinterlândia.

Goiás e outros representavam espaços subalternos, ora devido aos aspectos físicos, ora pelas questões sociais, como a pobreza e a escassa infraestrutura oferecida. À parte do “progresso” resultante do movimento urbanização/industrialização, nesses territórios houve por muito tempo o predomínio de espaços e conteúdos rurais.

Os pequenos aglomerados que surgiam obedeciam às normas da Coroa Portuguesa. Tinha-se como uma espécie de negócio entre o Estado, mediado pelas elites dominantes e a Coroa, por meio da Igreja. O vínculo se dava de forma tão consistente que as funções de cada instituição se fundiam. Todavia, o poder de decisão indiscutivelmente partia de Portugal.

A capela central era o marco principal das povoações e, através dela, faziam-se registros civis de diversas naturezas. De acordo com Marx (1991), nasciam os patrimônios religiosos. Em Goiás, esses se equivalem aos arraiais do período aurífero.

Andrade (2007) expõe que, da segunda metade do século XVIII até o final do período colonial, a Coroa intensificou a vigilância sob os patrimônios religiosos e passou a restringir duramente o direito à construção de capelas, além de limitar o acesso dos administradores aos recursos arrecadados. Assim, aumentaram os fatores de convergência entre as forças internas e externas, pois de acordo com o autor:

[...]além de custear as fábricas das capelas, a manutenção efetiva dos capelães recaía, direta ou indiretamente, sobre os habitantes dos lugares (sítios ou arraiais) unidos por laços corporativos (associações de devoção ou famílias poderosas), e isso aumentou a tensão e os conflitos relacionados à assistência religiosa (ANDRADE, 2007, p. 159).

A rigidez da Coroa despertou o descontentamento da oligarquia local. O clima de insatisfação e pressão social fez com que o próprio bispado permitisse a abertura de capelas filiais desvinculadas da Coroa, nas quais os recursos eram geridos pelos próprios habitantes.

As filiais ultrapassaram em quantidade de fiéis as matrizes, além da relação proveitosa que mantiveram com diversas atividades produtivas. Logo, fortalecida, a elite oligárquica pôde influenciar diretamente as práticas sociais de maneira que seus interesses fossem beneficiados.

Tudo caminhava para uma ruptura Estado-Igreja. Grupos nacionais almejam a autonomia de seus territórios e aos poucos a ideia de um Brasil livre das determinações portuguesas expandiu-se. A reviravolta no *campo* ideológico, e do poder, não poderia vir alheia às alterações geográficas.

No território goiano, começaram a despontar pequenos aglomerados que, geralmente, partiam de entroncamentos comerciais ou abrigos de viajantes. Eis que surge um novo tipo de patrimônio, predominantemente subordinado às elites fundiárias: o patrimônio leigo (MARX, 1991).

No plano político, o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) e seu plano “Marcha para o Oeste” marcaram a entrada do capital estrangeiro na hinterlândia. A Goiás foram direcionadas inúmeras políticas em prol da ocupação de porções de

terras “improdutivas”. Nesse contexto, uma sequência de acontecimentos alteraram a dinâmica do espaço goiano:

Com a entrada massiva de capital estrangeiro a partir de 1950, a mecanização da agricultura mais visível nos anos 1960, a construção de Brasília em 1956 e a construção da Rodovia Belém-Brasília em 1959 o território estadual conheceu mudanças estruturais que o emergiu economicamente ao cenário nacional e mundial. Houve um aumento populacional principalmente nas médias e grandes cidades e o Estado de Goiás experimentou um produtivismo jamais visto em decorrência da abertura de estradas e do mercado. (PESSOA, 1999, p. 52).

O capitalismo de Estado de Vargas foi continuado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que abriu o mercado nacional para as empresas estrangeiras (RIBEIRO, 2010). Objetivando o crescimento do país em cinco anos o correspondente a cinquenta anos, o plano foi “[...] subsidiado pelo capital externo de empréstimo, centrado no desenvolvimento da infraestrutura viária, energética e industrial do território nacional, assim como da construção da nova capital geopolítica do Brasil”, Brasília (GOMES, 2008, p. 355).

A abertura de mercado auxiliou as empresas internacionais e a elite agroexportadora na hegemonia do território. No âmbito rural, atividades como a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva deixaram de ser predominantes, ascendendo então a moderna agropecuária, fortalecida com a “Revolução Verde” nos anos 1960 (CALAÇA, 2010).

As fazendas perdiam população, uma vez que a presença dos agregados não fazia mais sentido na nova lógica do campo. Os sistemas de meia e parceria — baseados, respectivamente, no pagamento do aluguel da terra por meio da força de trabalho ou parcela da produção — cede espaço ao arrendamento (pagamento com dinheiro).

Diferente do que acontecera nos patrimônios religiosos, essas vilas apresentaram uma organização espacial diferente. A capela não exerceu centralidade na habitação, e sim, geralmente, os elementos relacionados com o fator trabalho, como proximidade de rodovias e prédios administrativos.

A relação agregados-fazendeiros e o modo de vida rural

Rodrigues da Silva (2008) alega que a agricultura permaneceu por muito tempo com um caráter de subsistência, sendo praticada pelos agregados das fazendas, em especial no século XIX. Como a atividade pecuária era praticada pelos proprietários de terra, toma sentido a relação indispensável entre fazendeiros e agregados, na qual estes últimos produziam o complementar à alimentação nas fazendas.

Aos poucos, a complexidade das relações de trabalho deu origem além dos agregados, aos camaradas e aos vaqueiros. Os camaradas eram aqueles trabalhadores mediados por um contrato e que recebiam salário; os vaqueiros trabalhavam livremente na pecuária e a remuneração era dada no sistema de quarta, ou seja, de cada quatro bezerros nascidos, o vaqueiro era contemplado com uma cria (SILVA, 2008).

A partir do século XX, especialmente da consolidação da frente pioneira com a construção da via ferroviária, o pagamento de uma renda ao fazendeiro marcou as formas de acesso às terras por trabalhadores rurais. O aumento do arrendamento indicava que a relação proprietário-agregado se restringia cada vez mais à dimensão econômica. A migração para os aglomerados rurais foi o ápice desse processo.

Entretanto, tende-se a pensar que o surgimento dessas categorias espaciais resultou no completo distanciamento entre os “ex-patrões” e os trabalhadores expropriados.

Nos trabalhos de campo realizados até o momento, pudemos perceber o quanto se encontra sólido o capital de honra das elites fundadoras, no patrimônio por nós estudado no mestrado¹. A mesma contradição se viu no modo rústico como os sujeitos levam suas vidas em ambientes oficialmente urbanos, como as vilas² (IBGE, Elementos de representação). Isto porque para além da aparência, o que primeiramente diferencia os conteúdos sociais é a forma como os sujeitos lidam com o tempo. Estevam descreve parte dessa relação no mundo camponês:

Sol, chuva, noite, madrugada, entardecer, amanhecer, nascente e poente são suas grandes referências. A picada, a estrada, o estradão, a posição das estrelas, o cansaço dos animais, a espreita profunda na noite escura, o cheiro morno das ventanias, as geadas, o banho frio, o espreguiçar ao amanhecer, a sonolência mole da fogueira, o rumor conhecido dos animais selvagens e o

¹ Distrito de Pouso Alto – Localizado no município de Campos Belos, no Nordeste Goiano.

² Na definição dos Elementos de representação do IBGE, vila corresponde ao perímetro urbano de um Distrito.

canto agudo dos pássaros marcam bem melhor o tempo que o ponteiro enfadonho, certo e escravizante do relógio (2008, p. 488).

Portanto, mesmo estando evidente a expansão no espaço da racionalidade moderna, alerta-se a necessidade de revisitar os lugares, seus novos significados (SANTOS, 2009). Ir além da aparência e do oficial, pois existem forças e estratégias locais que não podem ser desconsideradas na análise do real.

Os patrimônios leigos, apesar de ilustrarem um período de crescente urbanização e capitalização dos territórios — não só goianos, mas em nível de Brasil — podem ainda representar espaços onde o movimento de contra-racionalidade impera, mesmo que inconscientemente.

Considerações finais

A soberania do modo de vida urbano na modernidade e o mais impactante, a negação das ruralidades, transformou a relação homem-natureza, disseminando no espaço o tempo veloz. Uma tempestade de atividades, obrigações, modos, significados, muitas vezes impede o indivíduo de se ver como sujeito social.

No campo, a questão do acesso à terra impôs aos sujeitos rurais situações de adaptação a espaços extremamente restritos. Contraditoriamente, essas limitações não representaram a impossibilidade de reprodução do modo de vida rural.

Nos diversos patrimônios rurais espalhados pelo sertão goiano, por exemplo, há evidências de que práticas socioespaciais tradicionais continuaram a se realizar, mesmo com espaços, meios de produção, tempo e liberdade reduzidos a uma lógica urbana e rural, simultaneamente.

Referências

ANDRADE, Francisco E. de. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade as Minas Gerais. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p. 151-166, JanJun 2007. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 17 de agosto de 2011.

CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico**. Edição Especial, v. 1, n. 9 fev/2010 p. 06-23. Disponível em: www.revistas.ufg.br . Acesso em: 14 de maio de 2012.

ESTEVAM, Luis. No Cerrado das tropas e boiadas (Ensaio histórico - literário). In: GOMES, Orieste (Coord.). **Universo do Cerrado**. Goiânia, Ed. Da UCG, 2008. Vol. 11. Pag. 479-516. 516 p.

GOMES, Horieste. A nova matriz espacial do território goiano. In: GOMES, Horieste (Org.) **Universo do cerrado**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2008. 2 v.: il.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel / Editora da USP, 1991.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Noções Básicas de Cartografia – Elementos de Representação. Rio de Janeiro. Disponível em www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia. Acesso em 4 de março de 2012.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 9 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RODRIGUES DA SILVA, Rusvênia L. B. **Patrimônios: espaço e lugar**. Estudo das vilas de Cibele e Caiçara e seus conteúdos. São Paulo, 2008. 220 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Recebido para publicação em fevereiro de 2013

Aprovado para publicação em junho de 2013